## 1 1ª REUNIÃO ORDINÁRIA DO CONSELHO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL DE FRANCA –

2 **28 DE JANEIRO DE 2016.** 

Aos vinte e oito dias do mês de janeiro de 2016, às oito horas e trinta minutos, na sede da Secretaria de Ação 3 4 Social, sito à Avenida Champagnat, 1750, Centro, teve inicio a primeira Reunião Ordinária do Conselho Municipal de Assistência Social sob a presidência do presidente e representante titular do Poder Público, 5 representando o Fundo Social de Solidariedade, Senhor Márcio Henrique Silva Nalini. Estiveram presentes na 6 7 reunião quatorze (14) conselheiros sendo sete (07) do poder público e sete (07) da sociedade civil, com os 8 seguintes Conselheiros titulares: Jane Izabel Miranda Biagioti Lellis, Sônia Regina Barbosa Quirino, Rutinéia 9 Cristina Martins Silva, Geisla Fábia Pinto, Márcio Henrique Silva Nalini, Andréia Aparecida Reis de Carvalho 10 Liporoni, Leonel Aylon Cantano, Clóves Plácido Barbosa, Denizar Hermógenes da Paixão e Josiane Aparecida 11 Antunes de Campos. Conselheiros suplentes: Dalva Deodato Taveira, Juliana Bertazzi Passone e Rosângela 12 Aparecida de Paula. Conselheiros na titularidade: José Carlos Gomes. Participaram da reunião 09 convidados. 13 Com a seguinte pauta: Assuntos: Relatório de Atividades Realizadas pelo CMAS 2015; Parecer sobre 14 Alterações no PMAS WEB – Estadual – 2016; Prestação de Contas Final e Proposta de Reprogramação do 15 Saldo - Estadual - 2015; Pleito Eleitoral CONSEAS 2016 - Edital e Deliberação; e Indicação de 16 representante técnico do CMAS para compor a comissão intersetorial para elaboração e discussão do 17 Plano Decenal dos Direitos Humanos de Crianças e Adolescentes do Município de Franca. Informes: 18 Quadro de Entidades que Integram a Rede Socioassistencial 2016; Pareceres do Processo nº 2015053171 -19 Chamamento Público; Ofício LASEP em Resposta ao Ofício nº 156.2015 do CMAS; Devolução do Processo 20 nº 011742/2014 - Proposta da Lei de Alteração do CMAS; Edital CNAS nº 01.2015 e Resolução nº 14.2015 -21 Pleito Eleitoral; Conferência Regional dos Direitos Humanos – 29 de janeiro de 2016 – Secretaria de Educação 22 - 8h30 às 17h30; e Convite FEAPAES - Treinamento sobre a Habilitação e Reabilitação das Pessoas com 23 Deficiência no Âmbito da Assistência Social. O presidente Márcio iniciou a reunião apresentando as 24 justificativas de ausência dos seguintes conselheiros: Vilma, Ariluce, Celina, Andréia Ribeiro, Fernanda, Tina, 25 Victalina e Pe.Célio. Em seguida exibiu a pauta da reunião, aprovada com a inserção do assunto que trata da 26 Indicação de representante técnico do CMAS para compor a Comissão Intersetorial para elaboração e 27 discussão do Plano Decenal dos Direitos Humanos de Crianças e Adolescentes do Município de França. Na 28 sequência solicitou à Secretária Executiva do CMAS, Maria Amélia, a realização da leitura da ata da 36ª Reunião 29 Ordinária do CMAS 2015, que foi aprovada com uma pequena correção ortográfica. Como primeiro assunto da 30 reunião Márcio convidou novamente Maria Amélia para apresentar o Relatório de Atividades Realizadas pelo 31 CMAS 2015, salientando que a síntese das ações realizadas foi apresentada na última reunião de 2015. Ela 32 explicou que o relatório foi enviado previamente para correções, sugestões e contribuições dos conselheiros. 33 Falou também que recebeu apenas uma sugestão da conselheira Rutinéia para que fosse inserida a data da reunião 34 ampliada realizada em Dezembro, pois todos os outros eventos estavam datados. O presidente Márcio sugeriu que 35 seja dado mais um tempo, até a próxima reunião ordinária, para que o Relatório seja lido e as sugestões 36 apresentadas, lembrando que ele será publicizado após aprovação. O colegiado concordou com a proposta do 37 presidente. O assunto posterior tratou do Parecer sobre as alterações no PMAS – WEB. Maria Amélia explicou 38 que as mudanças são relacionadas à rede socioassistencial. A conselheira Dalva acrescentou que se trata apenas

de atualizações e que isso ocorre todos os anos quando há ajustes a serem feitos. Maria Amélia apresentou um documento reproduzido do próprio sistema PMAS WEB, que demonstra uma síntese de todas as modificações feitas, lembrando que o referido documento foi encaminhado juntamente com a pauta, para facilitar a compreensão dos conselheiros. Esclareceu que no sistema do PMAS, o Conselho deve elaborar um parecer sobre as alterações, podendo manifestar-se: Favorável (aprova o PMAS 2016) ou Desfavorável (rejeita o PMAS 2016). Finalizando, o colegiado deliberou pelo parecer Favorável às alterações do PMAS - WEB - 2016. Seguindo, a servidora Sandra foi convidada para apresentar a Prestação de Contas Final e a Proposta de Reprogramação do Saldo - Estadual - 2015. Sandra lembrou que durante o ano, trimestralmente, foram apresentadas ao CMAS as prestações de contas detalhadas. Explicou que pela primeira vez, o Município poderá fazer a reprogramação de saldos dos recursos repassados pelo Estado. Em seguida apresentou a Prestação de Contas Final do Convênio Estadual – 2015. O documento exibido por ela ficará anexo a essa ata. Na sequência, a Diretora da Proteção Social Básica e conselheira, Jane, expôs a proposta do Órgão Gestor para a reprogramação dos saldos no valor de R\$ 30.113,61 (trinta mil cento e treze reais e sessenta e um centavos). A proposta é utilizar esse recurso na formação dos trabalhadores do Serviço de Proteção Social à Adolescentes em Cumprimento de Medida Socioeducativa de Liberdade Assistida e de Prestação de Serviços à Comunidade, executado pela Escola de Aprendizagem e Cidadania de Franca – ESAC. Explicou ainda que há a exigência de elaborar um Plano de Trabalho para execução do saldo reprogramado, que será submetido a aprovação do Governo Estadual para que o recurso possa ser utilizado. Ao fim das apresentações, o colegiado aprovou a prestação de contas e a reprogramação dos saldos conforme proposta apresentada. O quarto assunto abordou o Pleito Eleitoral do CONSEAS para 2016. Maria Amélia esclareceu que o prazo para habilitação é bastante reduzido e salientou que o CONSEAS não informou o colegiado sobre o Pleito Estadual, ela acompanha as publicações tanto do Estado quanto da União e somente por esse motivo acessou o Edital e Deliberação. Falou que o prazo final para habilitação de candidatos e eleitores é dia 05/02/2016 e o pleito ocorrerá no dia 08/03/2016. Os candidatos poderão concorrer a 01 vaga de titular e 02 de suplente em cada segmento, para a gestão 2016/2019, que são: Representantes de Entidades de Assistência Social, Representante de Idosos, Representantes dos Portadores de Deficiência e Representante dos Moradores de Rua. Para complementação de mandato da gestão 2016/2017, 01 vaga de suplente na área Jurídica; e ainda 02 vagas para complementação de mandato de suplente da gestão 2016/2018, sendo uma na área de universidades particulares e uma na área patronal. Após discussões e esclarecimentos ficou decidido que o CMAS fará uma mobilização junto às entidades inscritas, através do email e também pelos próprios conselheiros. Será realizada uma Reunião Extraordinária Ampliada, no próximo dia 04 de fevereiro, às 8 horas, na qual as entidades que tiverem interesse apresentarão os candidatos e eleitores indicados, bem como, a documentação para habilitação. O conselheiro Clóves levantou a questão do compromisso que deve haver entre o candidato eleito e o Conselho Municipal, pois o candidato precisa trazer as informações para o colegiado. Foi sugerido que o convite para a reunião seja estendido às duas conselheiras eleitas ao CONSEAS, em mandatos anteriores, Cristiany e Mariseth, para que essas tragam algumas informações sobre a participação naquele conselho. O último assunto referiu-se à Indicação de representante técnico do CMAS para compor a comissão intersetorial para elaboração e discussão do Plano Decenal dos Direitos Humanos de Crianças e Adolescentes do Município de Franca. Dos presentes não houve quem se dispusesse. A conselheira Dalva

39

40

41

42

43

44

45

46

47

48

49

50

51

52

53

54

5556

57

58

59

60

61

62

63

64

65

66

67

68

69

70

71

72

73

74

75

76

sugeriu que uma das conselheiras representantes da saúde fosse indicada, uma vez que elas poderiam trazer dados importantes daquela área. Definiu-se, então, pela consulta à conselheira Claudia, representante suplente da saúde, considerando que a titular Sonia, manifestou não ter disponibilidade. Será enviado também um email a todos os conselheiros para consultar a possibilidade e interesse de participação. Finalizados os assuntos, passou-se então ao primeiro informe sobre o Quadro das Entidades que Integram a Rede Socioassistencial 2016, o presidente Márcio apresentou toda a rede socioassistencial estatal e não estatal, com os resultados do Chamamento Público, para conhecimento do colegiado. A conselheira Dalva esclareceu que o quadro deverá ser corrigido e reencaminhado por email aos conselheiros, considerando que faltou a inserção do Serviço de Acolhimento Institucional para Mulheres em Situação de Violência, executado pela AMAFEM e o Serviço de Acolhimento Institucional para Adultos e suas Famílias, executado pela entidade Filhos Prediletos. Seguindo para o próximo informe, Marcio apresentou os Pareceres do Processo nº 2015053171 - Chamamento Público, encaminhados por email, para conhecimento do colegiado. Foi questionado por um convidado se as mudanças da Lei 13.019/2013 serão atualizadas nos convênios realizados por meio do chamamento público. Em resposta, Marcio e Dalva esclareceram que se houver alguma questão que estiver em discordância com a Lei, essa será observada e corrigida. Salientaram ainda que a Procuradoria Jurídica da Prefeitura fará a análise e a revisão, se necessário for. O terceiro informe tratou-se do Ofício da LASEP em resposta ao Ofício nº 156.2015 do CMAS. Marcio lembrou que no final do ano passado o CMAS encaminhou oficio à entidade, solicitando esclarecimentos de algumas dúvidas levantadas por ocasião de visita à instituição. O ofício foi lido, não sendo apresentado mais nenhum outro questionamento. Passando ao próximo informe, o presidente esclareceu que o Processo nº 011742/2014 -Proposta de Alteração da Lei do CMAS retornou para ciência e análise do colegiado, e convocou uma reunião com a Comissão de Alteração da Lei para que sejam discutidas as duas alterações que foram trazidas pela Secretaria de Finanças. A reunião da Comissão será realizada às 10h, do dia 04/02/2016, depois da Reunião Ampliada do Pleito Eleitoral. O quinto informe foi o Edital CNAS nº 01.2015 e Resolução nº 14.2015. Maria Amélia explicou que o Conselho Nacional também realizará o Pleito Eleitoral, porém para que a entidade possa indicar candidatos, essa deve ser de âmbito nacional, ou seja, deve atuar em pelo menos dois Estados do país. O prazo para habilitação ocorrerá em fevereiro até o inicio de março. Em função, especialmente do prazo maior, o edital e deliberação serão enviados por email às entidades inscritas para que cada uma avalie se atende aos critérios exigidos pelo CNAS e caso haja interesse em participar do processo eleitoral, será solicitado um retorno ao CMAS. O penúltimo informe referiu-se ao convite do Estado para a 2ª Conferência Regional de Direitos Humanos, que ocorrerá no dia 29 de janeiro de 2016, das 8h às 17h30, na Secretaria de Educação. Finalizando foi apresentado o convite da FEAPAES para a palestra "Treinamento sobre a Habilitação e Reabilitação das Pessoas com Deficiência no Âmbito da Assistência," no dia 18 de fevereiro de 2016. A assistente social Mariangela, presente na reunião, esclareceu que a FEAPAES poderá disponibilizar alguns convites gratuitos aos diversos conselhos e que assim que tiver informação, repassará para o CMAS. Ficou definido que os conselheiros que tiverem interesse em participar deverão enviar email para a Secretaria Executiva para definição dos convites gratuitos. Nada mais havendo a tratar, a reunião foi encerrada às dez horas, e eu, Maria Amélia Faciroli Vergara, secretária executiva do CMAS, lavrei a presente ata, que uma vez lida e aprovada, será assinada por mim e anexada à lista de presença dos conselheiros participantes.

77

78

79

80

81

82

83

84

85

86

87

88

89

90

91

92

93

94

95

96

97

98

99

100

101

102

103

104

105

106

107

108

109

110

111

112

113

114

ANEXO I PRESTAÇÃO DE CONTAS FINAL CONVÊNIO ESTADUAL 2015

Proteção	CONTA N°	Repasse	Despesa	Rendimentos	REPROGRAMAÇÃ O	DEVOLUÇÃO
Serviço de Proteção Social						
Especial - Alta Complexidade-						
Serviço de Acolhimento						
Institucional em Família						
Acolhedora;						
Serviço de Acolhimento						
Institucional - Residência						
Inclusiva;	69484-3	352.721,90	327.303,0	4.694,71	30.113,61	0
Serviço de Acolhimento	07404-3	332.721,70	327.303,0	7.077,71	30.113,01	O
Institucional p/ Idosos – Abrigo						
Institucional;						
Serviço de Proteção Social						
Média Complexidade – PAEFI						
– Serviço de Proteção e						
Atendimento Especializado à						
Famílias e Indivíduos - CREAS						
- Serviço de Proteção Social						
Básica /Serviço de Convivência						
e Fortalecimento de Vínculos p/						
crianças e adolescentes -		52.327,20	52.327,20	316,73	0	316,73
Serviço p/ pessoas c/ deficiência	69.485- 1	32.321,20	32.321,20	310,/3		
sensorial ou intelectual acima						
de 30 anos egressos da educação						

Serviço de Proteção Social à						
Adolescentes em	74.389- 5	115.200,00	115.200,00	637,05	0	637,05
<b>Cumprimento de Medidas</b>						
Socioeducativa de Liberdade						
Assistida – LA						

OBSERVAÇÃO: A SECRETARIA DE AÇÃO SOCIAL APRESENTOU RELATÓRIO DETALHADO
TRIMESTRALMENTE A COMISSÃO DE ORÇAMENTO DO CMAS E POSTERIORMENTE EM
REUNIÃO ORDINÁRIA DO COLEGIADO.